

Apresentação do Dossiê

“Políticas Públicas de Educação em tempos de crise do Capitalismo Global”

Fernanda Motta de Paula Resende¹
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Julio Cesar Torres²
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Angelo Rodrigo Bianchini³
Universidade Federal do Maranhão

Temos presenciado mudanças nas políticas públicas de educação frente a novos contextos e (re)configurações do Estado brasileiro, os quais incidem nas mais diferentes esferas do tecido social e têm um alcance expressivo no campo da educação escolar. Esse processo se instaura efetivamente a partir dos anos de 1970, tendo como cenário propício para sua consolidação a crise mundial do modelo fordista e do Estado de Bem-Estar Social e, como aliadas, a profunda recessão econômica e a crise fiscal, impondo dificuldades ao Estado em administrar as contradições próprias do movimento do capital.

Nesse sentido, a exigência de escolaridade básica, a partir da década de 1990, esteve presente nas proposições de diferentes sujeitos sociais, como os organismos internacionais, governamentais, empresariais e sindicais, movimentos sociais, ancorando-se na perspectiva da escolarização como subsídio para o ingresso dos países em desenvolvimento na economia global. Tais setores, demonstram, por meio de suas propostas, a preocupação com a elevação do nível de escolarização como forma de capacitar a força de trabalho para as mudanças na economia globalizada.

Essas dinâmicas são visíveis pela configuração de novas práticas culturais e sociais cujos desdobramentos incidem sobre a desregulamentação dos direitos dos

¹ Doutora em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – IBILCE, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: fernanda.resende@unesp.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5480864234175333>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7435-6937>.

² Doutorado em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – IBILCE, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Email: julio.torres@unesp.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7328873141659824>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1002-0078>.

³ Doutor em Educação. Professor Associado do Departamento de Educação II da UFMA; E-mail: ar.bianchini@ufma.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3543855549540163>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8705-281X>.

trabalhadores; na base de representação sindical; na produção do desemprego estrutural; no envolvimento estimulado dos trabalhadores à lógica do capital; e na implementação da automação diante da absorção de novas tecnologias, sobretudo aquelas de base microeletrônica.

Para o enfrentamento das mudanças na organização do mundo do trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva, tem-se tomado consenso que os novos processos de trabalho requerem do trabalhador um nível de conhecimento mais complexo que nos padrões anteriores, partindo daí a necessidade de se investir na base de sua qualificação tanto no interior dos sistemas produtivos, quanto no interior do sistema escolar.

Decorrente desse propósito, justificam-se, também, as reformas educacionais formuladas e instituídas no Brasil e em outros países da América Latina. Na realidade brasileira, presenciamos uma nova institucionalidade no sistema educacional brasileiro, sobretudo a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9.394/96) e os desdobramentos de sua regulamentação que se efetiva via leis complementares, medidas provisórias, decretos, pareceres, portarias e resoluções.

Nesse contexto, o Dossiê “*Políticas Públicas de Educação em Tempos de Crise do Capitalismo Global*” teve como objetivos para a sua composição “Artigos, Ensaio Teórico e Relato de Experiência”: a) estudos e pesquisas locais, nacionais e internacionais de avaliação política de ações governamentais e de avaliação de políticas públicas de educação (formulação, implementação e avaliação educacional), com ênfase nas relações entre Estado e Sociedade; b) reflexões e debates em torno de questões teóricas e práticas no campo das políticas educacionais no âmbito dos sistemas de ensino, escolas, universidades e outros espaços públicos de educação.

Para além dos estudos apresentados, o presente dossiê representa um (re)encontro de bastidores entre colegas da Universidade Federal de Uberlândia, que lutam diariamente para o manutenção da REPOD e da divulgação do trabalho científico acadêmico de qualidade; os colegas da Universidade Federal do Maranhão, que foram os articuladores centrais da divulgação do dossiê nas regiões norte e nordeste; e os colegas da Unesp do Câmpus de São José do Rio Preto, sistematizadores da estrutura e do perfil do dossiê. Um trabalho coletivo, em que se inter cruzam histórias, trajetórias, lutas, resistências e, o mais importante, comprometimento com a ciência brasileira e a Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

O dossiê reuniu um conjunto de textos, sendo uma entrevista internacional e quatorze artigos, das mais diferentes regiões e instituições de ensino superior do país,

indo da Universidade Federal do Oeste do Pará à Universidade Federal do Rio Grande Sul, evidenciando a diversidade e pluralismo na análise das “*Políticas Públicas de Educação em Tempos de Crise do Capitalismo Global*”.

Para tanto, este Dossiê apresenta uma entrevista com a Profa. Dra. Judith Naidof, da Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina, Pesquisadora Independente do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) e ex-coordenadora da rede de Ciências Sociais Engajadas e Mobilizadas para a América Latina (2013-2019) do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). A entrevistada abordou temas como a consolidação de sua trajetória profissional ligada à produção do conhecimento, à docência universitária e à militância em espaços coletivos reivindicatórios. Destacou também a centralidade de sua produção atual, pautada nas discussões sobre a avaliação, sob a lógica da produtividade dos pesquisadores como uma das novas formas de colonização acadêmica.

O primeiro artigo, “*Políticas educacionais, neoliberalismo e educação integral*”, de Thaiana Netto Fonseca Baptista e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares, discutiu sobre as políticas educacionais referentes à educação integral que se estabeleceram no Brasil a partir da década de 1990, no contexto neoliberal, dando ênfase aos Programas Mais Educação (PME) e Novo Mais Educação (PNME), que se constituíram como as principais políticas públicas indutoras de educação integral no ensino fundamental em nível nacional.

O segundo artigo, “*Conselhos de educação no Brasil: enfoques legais, finalidades e atribuições*”, de Brenda Cristina Ferreira Gomes e Maria José Pires Barros Cardozo, apresenta o debate sobre em que medida o Conselho Municipal de Educação (CME) tem influenciado na gestão educacional. Apontam que, apesar das tensões e contradições, os Conselhos de Educação se constituem como mecanismos fundamentais para o processo de democratização, considerando esse processo como inacabado, no sentido de buscar constantes aperfeiçoamentos.

O terceiro artigo, “*Educar na Amazônia: os Estudos Amazônicos como política pública de resistência à dinâmica do capital*”, de Gabriel Renan Neves Barros, João Clemente de Souza Neto, Ricardo Miranda Santos, evidencia como a disciplina de Estudos Amazônicos ajudou no desvelamento das crises do sistema capitalista, ressaltando a importância da Amazônia como um espaço dinâmico, multifacetário, com vários contrastes, educacionais, sociais, econômicos e ambientais, haja vista a diversidade encontrada na região, proporcionada pela grandiosidade territorial.

O quarto artigo, “*Neoliberalismo e reforma do ensino médio brasileiro: ofensiva à democracia e aprofundamento das desigualdades sociais*”, de Flávia Motta de Paula Galvão, Fernanda Motta de Paula Resende, Maria Denise Guedes, Angelo Rodrigo Bianchini, apresenta uma análise da Reforma do Ensino Médio, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, em um primeiro momento, por meio da Medida Provisória MP746/16 e ratificada pela Lei nº 13.415/2017. Os resultados da análise apontam para o caráter antidemocrático da Reforma, bem como para a manutenção da desigualdade entre as classes sociais no que se refere ao direito ao acesso à educação pública de qualidade, socialmente referenciada, para todos.

O quinto artigo, “*A migração para o ensino público: uma análise do direito à educação no Paraná em tempos de pandemia de Covid-19*”, de Mariel Mayer Pilarski, Ana Paula Myszczyk, Victor Hugo Pereira, Hilda Alberton de Carvalho, apresenta a discussão do advento da pandemia de Covid-19, acompanhada de uma crise social e econômica, que afetou significativamente o direito à educação previsto na Constituição, na medida em que ocasionou a migração de alunos de escolas particulares para a rede pública de ensino.

O sexto artigo, “*A avaliação em larga escala e a legitimação da colonialidade global*”, de Raimunda Nonata da Silva Machado, Áurea Regina dos Prazeres Machado, Aysllan de Sousa Sobrinho, Miralda Lopes de Pádua, apresenta uma análise das avaliações em larga escala e suas formas de legitimar a dominação de poder neoliberal. Articulam os estudos sobre a colonialidade, decolonialidade e avaliação externa, problematizando como as avaliações em larga escala legitimam instâncias de poder colonialista na educação.

O sétimo artigo, “*Expansão de vagas na educação infantil com conveniamento na região de Guaianases, São Paulo: uma política carente e permanente*”, de Maria Aparecida Antero Correia, destaca a região de Guaianases no contexto educacional paulistano pelo considerável aumento de vagas em creches por meio de um amplo processo de conveniamento entre a Prefeitura e organizações da sociedade civil. O texto proposto aponta que as reformas neoliberais no Brasil criaram condições para o aumento de processos de privatização, dentre eles o conveniamento, que nem sempre proporcionam condições para a qualidade da educação da criança pequena.

O oitavo artigo, “*A revisão da Lei de Cotas na educação superior: dados para o debate*”, de Carolina Zuccarelli e Gabriela Honorato, indica que, dez anos após a aprovação da Lei de Cotas na educação superior, foram intensificados os debates sobre os avanços e principais desafios encontrados ao longo da sua implementação e apontam que a lei foi fundamental para a diversificação social e racial das universidades federais.

O nono artigo, “*Cyberbullying, mulheres e violência digital: política educacional direcionada ao Ensino Médio em análise*”, de Aline Debossan Velozo, Ana Lara Casagrande, Alessandra Ferreira dos Santos, apresenta uma discussão sobre a prática de discriminação via rede/tecnologias digitais, direcionada às mulheres, problematizando a política educacional ligada à temática no Ensino Médio, em um contexto de reestruturação. As autoras apoiam-se em estudos que abordam o fenômeno do cyberbullying e na análise do documento normativo Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio.

O décimo artigo, “*Como a democracia na escola morre: uma análise dos instrumentos jurídicos associados à educação brasileira (2020-2021)*”, de Laura Fernanda Dias Ribeiro Esposito, Maria de Fátima Vieira, Alex Lara Martins e Edson Antunes Quaresma, analisa elementos autocráticos de instrumentos jurídicos publicados entre 2020 e 2021 com impacto na Rede Federal de Educação. Evidenciam um conjunto de ações autocráticas do governo, que colocam em risco as bases da democracia e a possibilidade de resistir a elas.

O décimo primeiro artigo, “*Crianças imigrantes e refugiadas na Educação Básica brasileira: uma proposta pedagógica de uso da literatura de migração para a promoção de uma política de acolhimento*”, de Lorena Poliana Silva Lopes, propõe uma rica discussão sobre o acesso à Educação Básica brasileira por crianças migrantes forçadas e a promoção de uma política educacional de acolhimento. Apresentada uma proposta pedagógica de sensibilização da comunidade escolar para o fenômeno migratório e para o acolhimento dessa comunidade.

O décimo segundo artigo, “*Avaliação de Desempenho Individual e o Simave como instrumentos de gestão e regulação em Minas Gerais: implicações para os trabalhadores docentes*”, de Elizeth Rezende Martins da Silveira e Fabiane Santana Previtali, analisa as implicações das políticas de avaliação do trabalho docente, em particular da Avaliação de Desempenho Individual (ADI) e do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (Simave), a partir de 2007, cinco anos após a implantação do Choque de Gestão de Aécio Neves. O estudo aponta para uma gestão controladora da dinâmica escolar e do trabalho de professores(as), gerando problemas na saúde e na subjetividade docente.

O décimo terceiro artigo, “*A oferta da Educação Infantil por meio de redes conveniadas e as implicações para a Gestão Democrática e para o Ensino Laico*”, de Cláudio Rodrigues da Silva, Luís Henrique dos Santos Barcellos, Julio Cesar Torres e Agnes Iara Domingos Moraes, apresenta uma análise das implicações, no tocante à gestão democrática e princípios do ensino laico, da crescente oferta de matrículas da Educação Infantil por meio de convênios

das redes municipais com organizações ou instituições confessionais. Apontam que os impactos dos convênios extrapolam o âmbito da educação escolar, com repercussões nas esferas política, econômica e cultural para toda a sociedade.

E, por fim, e não menos importante, o décimo quarto artigo “*Regularidades nas políticas de formação docente dos anos 1990 e atuais: o cuidado de si da Academia*”, de Alexander Montero Cunha e Daniele Gualtieri Rodrigues, apresenta as regularidades discursivas nas políticas da década de 1990 e atuais de formação de professores. Numa perspectiva foucaultiana, apontam regularidades que envolvem a resistência da Academia frente à ingerência do Estado nos projetos de Cursos de Licenciaturas em ambos os períodos.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura do Dossiê “*Políticas Públicas de Educação em tempos de crise do Capitalismo Global*”, resultado do trabalho e esforços coletivos.